

1 - Breve Contextualização

Embora as micro e pequenas empresas (MPE's) representem quase 99% das empresas europeias e empreguem cerca de metade da força de trabalho, contribuindo significativamente para a economia, uma percentagem substancial não dispõem de disposições adequadas em matéria de SST. Assim, a Segurança e Saúde dos seus trabalhadores encontra-se muitas vezes mal protegida (UE-OSHA).

Portugal não é exceção, sendo que 99,9% do total de empresas são pequenas e médias empresas.

Tendo em conta estes números e o papel significativo que essas empresas desempenham, tanto na sociedade como na economia da UE, deve ser evidente a importância de serem implementados meios eficazes para evitar danos à saúde e à segurança dos trabalhadores e trabalhadoras destas empresas.

Com efeito, são vastas as evidências que apontam para um défice significativo na gestão da SST nestas empresas, situação que deixa os trabalhadores e trabalhadoras em maior risco de sofrerem doenças e acidentes de trabalho.

2 - Como se encontram definidas as Micro e Pequenas Empresa?

Na **Recomendação 2003/361/CE da Comissão**, de 6 de maio de 2008 (relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas), estas são **definidas da seguinte forma**:

- Uma pequena empresa emprega menos de 50 pessoas e tem um volume de negócios anual ou balanço total anual não superior a 10 milhões de euros;
- Uma microempresa emprega menos de 10 pessoas e tem um volume de negócios anual ou balanço total anual não superior a 2 milhões de euros.

3 – IO que nos dizem os estudos realizados sobre a SST nas Micro e Pequenas Empresas?

Ressaltamos um importante estudo desenvolvido pela UE-OSHA – “Melhorar a SST nas micro e pequenas empresas (2018)” - cujo objetivo é identificar os

fatores de sucesso essenciais em termos de políticas, estratégias e soluções práticas para melhorar a SST nas MPE's na Europa.

Este projeto revelou a magnitude dos desafios que se colocam às MPE's, em toda a Europa, em termos de SST e alguns dos fatores que contribuem para uma má gestão da SST nessas empresas.

Com efeito, o documento “Contextos e disposições em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho nas micro e pequenas empresas na UE” aponta para uma «falta de recursos generalizada e multifacetada que leva um número significativo de MPE's a optarem por estratégias empresariais de redução de custos».

Apresenta como evidência o facto de muitos trabalhadores que desenvolvem atividade nestas empresas serem mais propensos a ter condições de trabalho mais precárias, uma menor qualidade do emprego e riscos proporcionalmente maiores para a sua saúde, segurança e bem-estar.

Este estudo aponta para, não obstante persistirem incertezas consideráveis decorrentes da obtenção de dados que dificultam um estudo comparativo fiável, a evidência de que a ocorrência de lesões graves e mortes é proporcionalmente maior nas empresas mais pequenas do que nas maiores.

As principais características destas empresas são:

Conhecimentos, consciencialização e competência limitados por parte dos proprietários-gestores

Falta de investimento em SST

Preocupações de sobrevivência económica

Posição económica débil

Atitudes e prioridades que não favorecem a SST

Conhecimentos limitados, a sensibilização e a competência dos seus proprietários-gestores em relação aos requisitos regulamentares

4 – Existem outros fatores a ter em conta na gestão da SST?

Comparativamente às empresas de maior dimensão, a gestão da SST nestas empresas é também afetada por outros fatores, nomeadamente:

- Dificuldades ao nível da regulamentação, uma vez que são normalmente heterogéneas, se encontram geograficamente dispersas e carecem de uma representação coesa;
- Restrições orçamentais, ou seja, padecem muitas vezes de falta de recursos para empreender iniciativas nas áreas da segurança e da saúde e intervenções como o pagamento de aconselhamento, informações, ferramentas e controlos em matéria de saúde e segurança;
- Os recursos reduzidos impedem a realização de atividades de prevenção e de medidas proativas para a melhoria da SST, sendo que o comportamento mais típico é a reação, principalmente a inspeções, incidentes ou acidentes ou mesmo a exigências de clientes e trabalhadores.
- Esses pedidos externos de ação podem conduzir a ações preventivas para melhorar os fatores de SST, embora tendam a concentrar-se principalmente na segurança e, mais raramente, em questões de saúde.
- Não é prioritário ter boas condições de SST. Estas empresas lutam para sobreviver.
- As avaliações de riscos podem revelar-se dispendiosas e complexas, em especial quando uma empresa não possui os recursos ou o conhecimento em matéria de SST para as realizar.
- As organizações que promovem a melhoria das condições de segurança e saúde no local de trabalho podem ter dificuldade em contactar diretamente com as micro e pequenas empresas.

5 – Que fatores influenciam a não adoção de ações em prol da SST nestas empresas?

Podemos apontar os seguintes fatores:

- Desconhecimento sobre a legislação de SST. A legislação e as recomendações técnicas associadas são muitas vezes complexas e de difícil compreensão;
- Precariedade de infraestrutura física de pessoal e equipamentos;
- Busca de benefícios e/ou resultados de curto prazo;
- Pequena estrutura diretiva, focada em outras

áreas;

- Menor acesso a fontes de informação;
- Falta de acesso fácil aos serviços de apoio adequados (falta informação de quais serviços disponíveis e quem pode oferecê-los);
- A ideia errónea de que uma pequena empresa significa também um pequeno risco em relação à Saúde e Segurança no Trabalho;
- A falta de conhecimento a respeito dos custos envolvidos em acidentes de trabalho e doenças profissionais, desvia recursos que deveriam ser aplicados na prevenção para outros fins;
- Trabalhadores pouco capacitados e escassos recursos para a sua capacitação.

6 – Existem boas práticas que podem ser aproveitadas?

O projeto da UE-OSHA – “Melhorar a SST nas micro e pequenas empresas” - destaca um conjunto de bons exemplos que mostram com a SST pode ser abordada e objeto de melhoria contínua nas MPEs.



Tal pode ser conseguido através das **seguintes ações**: As MPE's constituem um grupo muito heterogéneo e diversificado, por conseguinte, não existem soluções simples para os desafios em matéria de SST com que estas empresas se defrontam, havendo uma necessidade vital de serem adaptadas políticas, programas, instrumentos e iniciativas às necessidades específicas e à realidade concreta destas empresas.

As boas práticas apresentadas pelos resultados deste projeto utilizam diferentes mecanismos para apoiar a melhoria da SST nas MPE's e incluem:

Simplificação das exigências regulamentares em práticas e ações diárias

Apoio económico para facilitar a implementação de melhorias selecionadas no local de trabalho

Formação para aumentar o conhecimento em SST

Disponibilização de ferramentas práticas para facilitar a identificação e o controlo dos riscos

Ações para aumentar a consciencialização sobre os riscos

Simplificação das exigências técnicas em práticas e ações diárias

7 – Como assegurar que as políticas e intervenções em matéria de SST incluem as MPE's?

Foi realizada uma análise dos resultados gerais do projeto acima referido com vista a formular algumas recomendações baseadas em evidências para a criação de programas políticos e intervenções mais eficazes com vista à melhoria da SST nas MPE's.

São destacados como fatores importantes:

- A participação de todos os principais agentes reguladores;
- O reforço das inspeções regulamentares;
- A oferta de soluções sustentáveis, de aplicação fácil e aplicáveis a diversos ambientes;
- A melhor integração da SST nos sistemas de ensino específicos por setor;
- A participação dos sindicatos e das organizações patronais na definição de políticas que incluam as MPE's;
- Melhores disposições de cadeia de abastecimento.

8 – Alguns mecanismos para promover a SST nas MPE's

São evidenciados três mecanismos fundamentais que visam promover a SST nas MPE's, nomeadamente:

8.1 – Regulamentação e fiscalização

A dimensão regulamentar pode assumir-se com particular relevância para se exercer influência junto das MPE's, em particular daquelas que apenas são reativas à SST,

ou seja, as empresas que não têm recursos suficientes ou não se encontram em condições para priorizar a SST.

A falta de recursos é, como já referido, um fator decisivo, pelo que os agentes reguladores, nomeadamente a inspeção do trabalho, desempenha um papel muito importante na prevenção que poderá ir mais além do que a fiscalização do cumprimento da regulamentação em SST.

Os inspetores devem, na medida do possível, procurar dialogar com os responsáveis pelas MPE's, assumindo uma atitude de sensibilização e informação, enquanto mantêm a atenção ao cumprimento da legislação em matéria de SST.

8.2 – Informação

O segundo mecanismo-chave consiste no fornecimento de informações e no desenvolvimento de campanhas de SST, e está intimamente relacionada com a sensibilização para a prevenção.

Uma das principais razões para muitas MPE's se limitarem a ter uma abordagem reativa em matéria de SST é o seu fraco conhecimento sobre os requisitos da SST.

O aumento da sensibilização sobre a SST é, por conseguinte, uma medida importante para melhorar a prevenção nestas empresas. Se não tiverem qualquer consciência sobre os riscos profissionais, o esforço para a melhoria continua será reduzido, pelo que esta sensibilização deve ser complementada com um apoio que facilite a identificação dos riscos concretos, bem como a disponibilização de ferramentas para implementar as alterações necessárias.

8.3 – Incentivos

Outra forma de facilitar a melhoria da SST pelas MPE's será a criação de mecanismos de incentivos para a implementação de programas e atividades de melhoria das condições de SST, traduzindo-se num reforço da capacidade das MPE's para implementarem medidas eficazes e eficientes de prevenção de riscos.

9 – Quais os recursos que facilitam a avaliação de riscos por parte das pequenas e médias empresas?

Uma avaliação dos riscos adequada é fundamental para garantir a saúde e a segurança nos locais de trabalho. Porém, as avaliações de riscos podem revelar-se bastante problemáticas, em especial para as micro e pequenas empresas, que podem não ter os recursos ou o know-how em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho para as realizarem de uma forma eficaz.

A plataforma Online Avaliação de Riscos interativo (OiRA) da UE-OSHA visa ajudar a superar estas dificuldades,

constituindo a primeira iniciativa a nível da UE destinada a incentivar as micro e pequenas empresas europeias (sobretudo através dos Estados-Membros e parceiros sociais, ao nível da UE e nacional) a avaliarem os respetivos riscos.

Além disso, os guias eletrónicos desenvolvidos em conjunto com as Campanhas «Locais de trabalho Seguros e Saudáveis» fornecem toda uma série de informações e conselhos em matéria de gestão da SST especificamente dedicados às micro e pequenas empresas.

As ferramentas OiRA já publicadas podem ser encontradas aqui.

10 – A ferramenta de Avaliação de Riscos OiRA é importante porquê?

Uma avaliação adequada dos riscos é de importância vital para melhorar a proteção dos trabalhadores e trabalhadoras e salvar vidas.

Há uma obrigação legal na gestão e avaliação dos riscos profissionais: O empregador deve assegurar aos trabalhadores condições de segurança e saúde em todos os aspetos relacionados com o trabalho, aplicando as medidas necessárias tendo em conta princípios gerais de prevenção.

Objetivos da ferramenta interativa OIRA:

- Aumentar o número de empresas europeias capazes de avaliar e gerir os riscos profissionais;
- Incentivar as micro e pequenas empresas a fazerem a avaliação de riscos através de uma ferramenta interativa, fácil de usar e de utilização gratuita.

Desde o primeiro momento que a UGT apoia o alargamento das ferramentas OiRA a outros setores e atividades, por considerarmos fundamental a sua utilidade para as micro e pequenas empresas na identificação, avaliação e gestão dos riscos nos locais de trabalho, por forma a serem adotadas as medidas de prevenção adequadas.

É crucial o desenvolvimento e implementação de ferramentas simples, como a OiRA para facilitar o cumprimento da legislação e para promover uma cultura de SST, necessidade esta, destacada numa série de documentos estratégicos nacionais e comunitários.

Estamos bem cientes das dificuldades das micro e pequenas empresas na gestão dos riscos profissionais, sendo a OIRA uma mais-valia preciosa, pois, sendo dirigida a estas empresas - micro e pequenas empresas - permite-lhes realizar de forma autónoma o seu próprio processo de identificação e proceder à avaliação de riscos no local de trabalho.

Ao mesmo tempo, estamos em crer, desmistifica a

dificuldade de realização do processo de identificação e avaliação de riscos, na medida em que o torna mais acessível e fácil de realizar.

Aceda ao portal do OIRA [Aqui](#).

11 – Alguns caminhos para a formulação de políticas

O projeto da UE-OSHA apresentou um conjunto de sugestões e considerações no sentido da inclusão de determinados aspetos na conceção de políticas futuras em matéria de SST nas MPE's resumidos a três níveis: nível micro (tipicamente empresa), nível setorial (institucional e setor) e nível macro (social).

11.1 – Nível Micro

- A abordagem deve ser adaptada ao grupo-alvo específico, reconhecendo-se as necessidades das empresas, ser simples e orientada para a ação, adotando-se a utilização de ferramentas orientadas para soluções adaptadas ao setor e às MPE's;
- Utilização de um estilo de comunicação que crie confiança, evitando-se uma linguagem desnecessariamente técnica;
- Os programas de melhoria devem ser isentos de custos ou de baixo custo, uma vez que as MPE's, por norma, dispõem de recursos financeiros limitados para as questões da SST;
- Desenvolver métodos de inspeção adaptados às MPE's, sem comprometer o impacto dessas inspeções.

11.2 – Nível Setorial

As políticas com vista à promoção da SST, a nível setorial, devem:

- Facilitar a definição e a coordenação dos programas que envolvam as autoridades competentes, os parceiros sociais e outras organizações, a fim de evitar a utilização de recursos desnecessários por falta de coordenação;
- Assegurar a continuidade das políticas através do estabelecimento de acordos entre parceiros sociais e de financiamento económico sustentado;

11.3 – Nível Macro

As políticas com vista à promoção da SST, a nível macro, devem:

- Prestar mais atenção às questões psicossociais e organizacionais, muitas vezes negligenciadas nas políticas atuais e que são também de grande relevância para as MPE's;
- Assegurar o financiamento para a prossecução de programas e atividades com vista ao investimento na SST;
- Facilitar a coordenação tripartida e o desenvolvimento das políticas, a fim de garantir que todos os intervenientes apoiem as políticas desenvolvidas;
- Garantir a qualidade dos serviços de aconselhamento de SST e desenvolver serviços de aconselhamento personalizados para os MPE's;
- Dar maior prioridade às MPE's nos sistemas nacionais de prevenção de riscos profissionais.

12 – Existem dados estatísticos que ilustrem a realidade das micro e pequenas empresas relativamente à gestão da SST?

O inquérito ESENER da UE OSHA, realizado a empresas de toda a Europa, visa contribuir para uma gestão mais eficaz da segurança e saúde no local de trabalho, assim como promover a saúde e o bem estar dos trabalhadores e trabalhadoras.

O inquérito fornece dados transnacionais comparáveis e pertinentes para a conceção e implementação de novas políticas nesta área, apresentando resultados sobre a organização e gestão da SST nas micro e pequenas empresas.

O estudo ESENER revela que estas empresas se encontram atrasadas em relação às suas homólogas de maiores dimensões no que respeita às disposições em matéria de SST, sendo que 30 % das microempresas não realizam avaliações de risco periódicas, em comparação com 3 % das empresas com 250 ou mais trabalhadores.

Além disso, das micro e pequenas empresas que não realizam avaliações de risco, mais de 80 % acreditam que «os riscos e perigos já são conhecidos» ou que «não há problemas de maior».

O ESENER revela que 76% das empresas da UE-28 realizam avaliações de riscos periódicas e a maioria delas afirma que a mesma está documentada (92%).

Como era de prever, a realização de avaliações de riscos está positivamente correlacionada com a dimensão da empresa, variando entre 69% nas microempresas que empregam 5 a 9 trabalhadores e 96% nas que empregam mais de 250.

As conclusões sobre as principais dificuldades na abordagem da segurança e saúde revelam que o obstáculo mais frequentemente referido como «principal

dificuldade» é a complexidade das obrigações legais (40% das empresas da UE-28), seguida da burocracia (29%).

Por dimensão, as empresas mais pequenas parecem referir estes fatores com mais frequência do que as suas homólogas de maior dimensão.

O ESENER revela que as questões de segurança e saúde são «regularmente» discutidas entre representantes dos trabalhadores e da administração em 56% das empresas da UE-28 que possuem alguma forma de representação dos trabalhadores.

Esta percentagem aumenta significativamente com a dimensão. Em contrapartida, as empresas mais pequenas apresentam uma reação mais direcionada, já que 41% delas afirmam que essas discussões ocorrem «apenas quando surgem questões específicas», percentagem que diminui com a dimensão da empresa.

Fonte:

Esta Ficha Técnica foi elaborada tendo por referência os conteúdos das seguintes publicações da UE – OSHA:

Contextos e disposições em matéria de segurança e saúde no trabalho nas micro e pequenas empresas na UE (2016)

Segurança e saúde nas micro e pequenas empresas na UE: a perspetiva do local de trabalho. (2018)



PUBLICAÇÃO
Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho da UGT - 2022

